



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Ata da 36ª reunião, realizada em 5 de setembro de 2019

1 Em 5 de setembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de
2 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual
3 de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
5 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente
6 Antônio Augusto Melo Malard, representante da SEMAD. Representantes do
7 poder público: Pedro Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de
8 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ivonice Rocha, da Secretaria de Estado de
9 Educação (SEE); Newton de Carvalho Junior, da Secretaria de Estado de
10 Cultura e Turismo (Secult); Isadora Martin Vianna, da Fundação de Amparo à
11 Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig); Junio Augusto dos Santos Silva, do
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
13 (Ibama); Juliana Gonçalves Ferreira, do Instituto Chico Mendes de Conservação
14 da Biodiversidade (ICMBio). Representantes da sociedade civil: Wagner Soares
15 Costa, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos
16 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
17 Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria
18 Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); José Hermano Oliveira Franco,
19 da Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá);
20 Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de
21 Rio Paranaíba. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
23 presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta a 36ª reunião da
24 Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas. **3)**
25 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Não houve
26 manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 35ª REUNIÃO.** Aprovada por
27 unanimidade a ata da 35ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de
28 Áreas Protegidas, realizada em 28 de agosto de 2019, com abstenções de Angá
29 e Fapemig. Registrada suspensão do Crea. **5) DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº**
30 **232/2019, QUE INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE MANIFESTO DE**
31 **TRANSPORTE DE RESÍDUOS E ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O**
32 **CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
33 **E REJEITOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS.** Apresentação: FEAM. Item
34 retirado de pauta, pelo motivo de ter sido pautado equivocadamente na CPB. **6)**
35 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO**
36 **AMBIENTAL CONFORME POA 2019. 6.1) Vale S/A. Ampliação da Cava da**

37 **Mina de Brucutu. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. São Gonçalo**
38 **do Rio Abaixo/MG. PA 00022/1995/036/2008, 00022/1995/037/2008,**
39 **00022/1995/038/2008, 00022/1995/039/2008, 00022/1995/040/2008,**
40 **00022/1995/041/2008, 00022/1995/042/2008, 00022/1995/043/2008 e**
41 **00022/1995/044/2008. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
42 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Registrada**
43 **suspensão do Crea. 6.2) Cal Oeste Ltda. Fabricação de cal virgem, hidratada**
44 **ou extinta. Córrego Fundo/MG. PA 00429/1999/005/2003 e**
45 **00429/1999/011/2011. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF. Compensação**
46 **ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Registrada**
47 **suspensão do Crea. 7) UTILIZAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO DA**
48 **COMPENSAÇÃO MINERÁRIA - PARA DELIBERAÇÃO. 7.1) Atividades do**
49 **Previncêndio referentes a contrato de locação de aeronaves pelo período**
50 **de 1 (um) ano. Apresentação: DIUC/IEF. Aprovado por unanimidade o contrato**
51 **de locação de aeronaves pelo período de 1 (um) ano, nos termos apresentados**
52 **pelo IEF, com abstenções de Angá e UFV. Registrada suspensão do Crea.**
53 **Antes da aprovação, o presidente Antônio Augusto Melo Malard fez**
54 **apresentação sobre a estrutura e ações do Instituto Estadual de Florestas (IEF)**
55 **para combate aos incêndios florestais em unidades de conservação. O**
56 **conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Debates.**
57 **Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu gostaria de elogiar o trabalho**
58 **de vocês. O Ibama, através do Prevfogo, tem estabelecida uma parceria já de**
59 **longo prazo, com o ICMBio também, inclusive, com as empresas. Eu acho**
60 **extremamente meritória essa situação, obviamente. É um momento de**
61 **emergência mesmo, é uma coisa interessante e totalmente factível nesse**
62 **contexto. Eu só gostaria que fosse encaminhada essa apresentação para os**
63 **conselheiros, se for possível. E uma das coisas que eu gostaria de ressaltar e**
64 **que seja constada em ata é que as pessoas estão acompanhando a questão**
65 **dos incêndios na floresta amazônica, e na verdade o Prevfogo, que é o serviço**
66 **de combate a incêndios do Ibama, já está atuando lá há algum tempo, com os**
67 **nossos colegas do ICMBio e os bombeiros no âmbito de cada Estado.**
68 **Lembrando que o Fundo Amazônia, que já fez dez anos em 2018, grande parte**
69 **dos recursos é utilizada para combater incêndios florestais. E isso não costuma**
70 **sair com muita frequência na mídia. O relatório consolidado está disponível no**
71 **portal do Fundo Amazônia, e eu gostaria de deixar claro isso. Porque você não**
72 **vê isso sendo divulgado com certa frequência.” Conselheiro Wagner Soares**
73 **Costa: “Primeiro, parabenizar pela definição da importância do assunto no IEF,**
74 **porque veio o presidente da instituição para fazer a apresentação para nós.**
75 **Então isso mostra que é um assunto prioritário. Eu acho que deparei bem do**
76 **que foi apresentado, as aeronaves são preparadas para isso, não é aeronave**
77 **de multiuso. O prazo de contratação, parece que você disse que, aprovando**
78 **hoje, amanhã já pode estar utilizando o contrato.” Presidente Antônio Augusto**

79 Melo Malard: “No mais tardar, na segunda-feira. O contrato é da empresa que
80 vai fornecer o serviço com a Vale. É uma execução direta, e o contrato já está,
81 inclusive, assinado.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Isso é muito bom e é
82 por demanda. Uma pergunta: cada unidade dessa tem um sistema de controle
83 local, tipo medição de velocidade do vento, umidade do ar, o calor dá uma
84 indicação de alerta?” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “É uma série de
85 possibilidades de verificação de ocorrência. Tanto tem in loco, os próprios
86 guarda-parques, as pessoas que trabalham em unidades de conservação, tem o
87 próprio telefone e o e-mail nosso, que muitas vezes as pessoas nos abordam.
88 Tem os dados do Inpe, que servem como base, e nós temos também as nossas
89 sub-bases, inclusive aqui em Belo Horizonte. As sub-bases trabalham com uma
90 série de informações, dados meteorológicos, por exemplo, e fazem a
91 inteligência, vamos dizer assim, para verificação de possibilidade de incêndio e,
92 em caso de ocorrência, para imediatamente dar o início ao combate. Uma
93 informação é que em cerca de 50% dos incêndios nós conseguimos chegar até
94 eles em no máximo 30 minutos. Então conseguimos dar um atendimento muito
95 célere em razão também de toda essa convergência de esforços para detecção
96 desses incêndios. Algo muito positivo, que foi até bordado hoje de manhã, é que
97 muitas vezes é a própria comunidade que alerta e atua também no combate a
98 incêndio como brigadista. Então cada vez mais, felizmente, a sociedade, as
99 pessoas estão se conscientizando sobre a importância do combate, da
100 prevenção e de alertar também as autoridades responsáveis e as identidades
101 para que se dê esse combate de forma mais célere possível.” Conselheiro José
102 Hermano Oliveira Franco: “No ano passado, foi aprovado um valor de R\$ 30
103 milhões ou R\$ R\$ 40 milhões – eu não me lembro, sinceramente – para o
104 Previncêndio. É possível ver o previsto e o realizado? Só para entendermos se
105 foi totalmente gasto o volume. Aliás, eu até compactuo com o que ele falou ali,
106 mostrou muito claramente a importância que o IEF está dando ao tema. Eu
107 também parabeno. E fiquei curioso com isso. Fica o pedido, eu acho
108 interessante. Fica o registro do pedido de informação.” Presidente Antônio
109 Augusto Melo Malard: “As compensações ambientais do Snuc, todos os
110 senhores sabem dos problemas existentes em relação à sua aplicabilidade.
111 Cada vez mais, o governo vem se esforçando para que sejam, de fato,
112 executadas nas unidades de conservação. Existe até ação judicial nesse
113 sentido. Mas nós também temos que entender, de certa forma, o cenário
114 econômico pelo qual o Estado passa.” Conselheiro José Hermano Oliveira
115 Franco: “Atualmente, eu estou como presidente do Comitê da Bacia do Rio Pará
116 e estou com 95% dos recursos dentro do Estado, sem nenhum centavo, com o
117 Comitê totalmente travado. Por isso essas perguntas são relevantes e têm que
118 ser colocadas, porque se vai inviabilizando uma coisa aqui, outra ali, outra lá, e
119 fica um volume com o qual não sabemos o que fazer. Então fica essa
120 colocação, fica esse pedido.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
121 “Inclusive, hoje, na Assembleia também, foram feitos alguns pleitos em relação,

122 por exemplo, a utilização de recursos da taxa minerária para as unidades, para
123 combate a incêndio. E quanto à compensação minerária nós estamos prestes
124 também a estabelecer um novo regulamento, via decreto, para desburocratizar
125 a utilização dos recursos. Para aeronave, nós conseguimos fazer, mas porque
126 as amarras são menores, por conta de não ter para esses equipamentos uma
127 planilha, como às vezes para equipamentos de obras, de veículo, de outras
128 questões que acabam emperrando o processo, ter que passar por outras
129 secretarias, pela AGE. Então por isso que a execução de tudo que temos
130 disponível de compensação minerária é baixa. Mas com esse novo decreto nós
131 vamos conseguir dar uma vazão maior, e temos bons milhões para serem
132 utilizados nos próximos dez anos em relação à compensação minerária. E até
133 aproveitamos para fazer só um parêntese: uma boa notícia, que foi aprovado no
134 CIF, no âmbito das questões que envolvem o desastre de Mariana, do rio Doce,
135 um plano de trabalho para execução de R\$ 63 milhões no Parque do Rio Doce.
136 É um cronograma que terá dez anos de validade, mas as ações já começam,
137 provavelmente, ainda neste ano. É um parque de extrema relevância,
138 principalmente pela sua biodiversidade, que terá um aporte de R\$ 63 milhões,
139 isso já garantido. E temos que buscar sempre a melhoria de todas as unidades,
140 para resolver uma série de lacunas e problemas existentes na maioria delas no
141 Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Qual é o
142 volume de recurso? A fonte é a compensação minerária. Agora, são várias
143 empresas que contribuem para alimentar essa fonte. No caso do convênio aqui,
144 só está envolvendo os recursos da compensação da Vale, não é?” Presidente
145 Antônio Augusto Melo Malard: “A compensação minerária pode se dar de forma
146 pecuniária ou também por outros instrumentos, como por exemplo a doação
147 para fins de regularização fundiária de unidade de conservação, implantação de
148 unidades e por aí vai. Em geral, a Vale opta em alguns casos também por essas
149 ações de regularização fundiária, mas outras vezes pelo pagamento pecuniário.
150 Hoje, se eu não me engano, não tem outra empresa que optou também por
151 essa forma, só a Vale mesmo.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira:
152 “Então a Vale assina um contrato com uma empresa que é detentora dos
153 aviões? E aí a necessidade de pagar só na hora que usa o avião? Não tem
154 perigo de o Estado pôr a mão nesse dinheiro?” Presidente Antônio Augusto
155 Melo Malard: “Esse dinheiro não tem nenhuma relação, ele não entra no
156 Estado, o contrato é entre Vale e empresa. O que nós fazemos é uma gestão
157 maior, do lado de fora, claro, acompanhamos os processos, o contrato. Por
158 exemplo, não tem possibilidade de se usar o dinheiro para outros fins, é
159 execução direta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Parabéns ao IEF
160 por essa forma criativa de resolver problemas, assim como aquele outro
161 procedimento relativo às unidades de conservação, gerência de unidade de
162 conservação.” Conselheira Ivonice Rocha: “A título de compreensão. Você
163 apresentou ali para nós informações que nos permitiu perceber a localidade no
164 Estado, no território de Minas Gerais, aonde estão os postos de atendimento da

165 base dessa aeronave: Almenara, Januária, Valadares, Teófilo Otoni, Uberlândia.
166 Você traz ali também na sequência da informação alguns desafios, porque um
167 contrato se foi, e outra forma articuladora está se providenciando para dar
168 cobertura àquilo que já existia e não cair a qualidade desse atendimento e
169 cuidado com a questão ambiental. Mas você apontou para nós um desafio,
170 mesmo tendo todas as aeronaves, que é a questão do ambiente para as pistas
171 dessa aeronave, o pouso da aeronave. Também trouxe uma parceria bacana do
172 município de Diamantina como sendo mais um território de aporte para essas
173 aeronaves. A minha pergunta vai em cima disso para compreendermos melhor.
174 Eu estou vendo uma política desenvolvida e a outra no sentido do uso desse
175 recurso. Minas é muito grande em extensão territorial, e 30 minutos é um tempo
176 rápido, mas são 30 minutos que vão, 30 minutos que voltam para abastecer
177 uma hora praticamente desse deslocamento de ir e vir até o ponto do incêndio e
178 o retorno. Aí é que vai a minha pergunta, a título de curiosidade, conhecimento
179 e esclarecimento. Além dessa boa ação em parceria com Diamantina para uso
180 do território do aeroporto de Diamantina, outros municípios mineiros que
181 também têm aquela mesma base de aeroporto também são buscados pelo
182 Estado para dar esse aporte de condição de uso dos equipamentos?”
183 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Primeiro, em relação ao combate, é
184 preciso deixar claro que em geral a equipe terrestre chega antes das aeronaves.
185 Muitas vezes, inclusive, a aeronave não é necessária de ser utilizada em função
186 da eficiência do combate, ou combate por helicópteros também, dependendo da
187 situação, é mais eficiente. E principalmente os helicópteros são utilizados para
188 levar os brigadistas até as unidades. Quando é necessária a utilização dessas
189 aeronaves, é claro, um requisito importante é que se tenha uma pista, e muitas
190 das unidades às vezes próximo não há essa pista. E isso é um limitador. Em
191 relação a Diamantina, existe um termo de cooperação a ser assinado para
192 deixar mais formalizada a questão. Mas o fato de um outro município que possui
193 um aeroporto não ter o termo de cooperação não significa que nós não
194 podemos utilizá-lo, principalmente em casos emergenciais. O município não vai
195 negar o comando aéreo tendo em vista uma emergência. O termo de
196 cooperação é para deixar mais claras, mais seguras e mais formalizadas
197 mesmo essas ações. Mas nós utilizamos várias outras pistas. Tendo pista, ela
198 deve ser utilizada.” Conselheira Ivonice Rocha: “Então eu aproveito também
199 para parabenizar pela apresentação, pela iniciativa de fazer uso de outras
200 parcerias e formas de recursos que estão disponíveis ao Estado, que
201 conhecemos bem as condições materiais em que se encontram para essas
202 iniciativas. Parabenizar a todos por essa iniciativa.” Conselheiro Carlos Alberto
203 Santos Oliveira: “Eu gostaria de sugerir, da mesma forma que está vindo aqui à
204 CPB para aprovação, que nós tivéssemos algum tipo de conhecimento e de
205 informação a respeito dessa utilização de aeronaves em períodos como fim de
206 ano, por exemplo.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Nós podemos nos
207 comprometer de, finalizado este período crítico, vimos até aqui fazer um

208 balanço de todo o período, provavelmente no final de novembro ou na reunião
209 de dezembro.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Presidente, a
210 história também vale um pouco. Tinha um helicóptero Guará, eu não sei se ele
211 ainda é utilizado, mas nós, infelizmente, tivemos notícias de utilização do Guará
212 em outras ocasiões para fins muito diferentes daquele para o qual foi adquirido
213 pelo IEF.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Conselheiro, não tem esse
214 risco, até porque, como eu disse, é uma execução direta, não há relação e
215 interferência do IEF. Claro que há gestão. O que eu posso afirmar para o senhor
216 é que hoje não existe nada disso. Para alguém do IEF andar no helicóptero e
217 fazer um sobrevoo, não é para qualquer ação, tem que ser, de fato, algo
218 bastante emergencial e complicador, tem que ter uma justificativa muito
219 relevante para se fazer isso. E até algumas aeronaves que o Estado possui,
220 com convênio, com aquele de que eu falei da Polícia Militar, muitas vezes, até
221 os próprios dirigentes não conseguem se deslocar com essas aeronaves, às
222 vezes até por uma burocracia existente, para fazer viagens com fins
223 institucionais, o que seria até mais barato do que ir de carro, de repente.
224 Algumas vezes, sai mais em conta ir em aeronave do que ir de carro. Às vezes
225 não tem que pernoitar, não tem diária, combustível. Mesmo assim, dificilmente
226 são utilizadas para esses fins. Mas estou falando das aeronaves que não são
227 exclusivas para combate a incêndio. Porque tem aeronaves que possuem
228 exclusividade para esse fim. Agora essa, por exemplo, tem finalidade específica,
229 exclusiva para combate a incêndios.” Conselheiro José Hermano Oliveira
230 Franco: “Só para reafirmar o meu pedido de informações, só para trazer à CPB
231 assim que possível.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Agradeço a
232 todos a presença. Que tenhamos um cenário mais positivo, na verdade, que não
233 se configure tão pessimista como apresentado. Mas eu tenho certeza de que o
234 IEF e toda a Força-Tarefa se empenha o máximo para que não só tenhamos
235 uma prevenção, mas um combate a incêndios. E aqui de público também eu
236 faço um agradecimento e parabenizo, na pessoa do nosso gerente do
237 Previncêndio, o Rodrigo Belo, toda a equipe, pelo belo trabalho desenvolvido
238 nessa temática, que é tão complicada. Mas felizmente nós estamos vencendo
239 esse combate. E também acreditando e sabendo que precisamos evoluir a cada
240 dia nessa gestão.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
241 serem tratados, o presidente Antônio Augusto Melo Malard declarou encerrada
242 a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Antônio Augusto Melo Malard
Presidente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas